

1/5/1985

Lula acha que só greves derrubam leis autoritárias

São Paulo — "Enquanto a lei de greve existir, temos de fazer greves para derrubá-la. Enquanto a legislação sindical mantiver restrições, temos de desrespeitá-la para que ela mude", afirmou o presidente nacional do PT, Luís Ignácio da Silva, ao analisar o sindicalismo brasileiro e responsabilizar a legislação sindical pelo que considera o "emperramento" no avanço desse movimento.

Delegado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo à Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Lula, ao falar sobre o 1º de Maio na Nova República, acentuou que era muito mais fácil fazer sindicalismo há 21 anos. Reconheceu, no entanto, que "embora o populismo ainda exista no movimento sindical, antes de 1964 ele era muito mais acentuado, e os sindicatos eram muito mais instrumentos de políticas governamentais, do que da classe trabalhadora."

Tancredo e Sarney

"O sindicalismo brasileiro, hoje, apresenta aspectos mais positivos", destacou o dirigente do PT porque, nos últimos anos, surgiram "centenas de dirigentes sindicais, na sua maioria jovens, com a visão de que o sindicato deve ser uma organização interna, extremamente vinculada aos locais de trabalho, e não ao Estado."

Segundo Lula, o "peleguismo que sempre existiu" no sindicalismo do país, "é fruto da legislação sindical, e continuará existindo enquanto essas leis favorecerem o comodismo". Na opinião de Lula, o Presidente Tancredo Neves não teria outra opção, como não terá o Presidente José Sarney se quiser fazer um Governo democrático, "a não ser abrir imediatamente a legislação ao debate."

— Isso significa — explicou Lula — mudar todo o capítulo 5º da CLT, que trata da organização sindical, alterar ou revogar na sua plenitude a lei de greve, e significa sobretudo, que o Estado não tenha nenhuma interferência na questão sindical.

Lula afirmou que nunca teve esperança de que o Governo "qualquer que seja, tenha por si só essa iniciativa". Essa tem de ser de nossa inteira responsabilidade, e a efetivaremos na medida em que estejamos organizados para pressionar a colocação em prática de uma política que efetive o modelo sindical ideal.

O presidente do PT não acredita que o novo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, venha a decretar intervenções em sindicatos. "Se bem conheço a formação do Almir e o entendimento dele da questão sindical, dificilmente ele intervirá, mas é preciso saber até que ponto ele vai poder resistir à pressão de alguns setores militares que ainda entendem a intervenção como solução", disse ele.

A revogação, por Pazzianotto, das portarias que proibiam reuniões da Cut e da Conclat — e sobre eleições nos sindicatos, e ainda a anistia concedida aos dirigentes sindicais cassados, significaram, para Lula, "pura e simplesmente a revogação de medidas que já estavam superadas na prática".

Lula lembrou que a Cut e a Conclat funcionavam normalmente antes dessa medida, e que ele próprio, ex-dirigente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, se candidatou e se elegeu delegado à Federação, apesar da proibição legal.

